

DISCURSO DE POSSE DA CADEIRA DE N° 27, NA ACADEMIA LUDOVICENSE DE LETRAS, EM 23 DE AGOSTO DE 2023, SÃO LUÍS.

Senhora Presidente desta Academia Ludovicense de Letras, Jucey Santana

Senhoras congreiras e senhores confrades

Meus familiares

Prezados amigos

Boa Noite!

De plano destaco a minha imensa satisfação e alegria de estar aqui esta noite, assumindo uma cadeira na Academia Ludovicense de Letras, cognominada Casa Maria Firmina dos Reis, fundada em 10 de agosto de 2013, logo a exatos 10 anos e 13 dias. Sua fundação acontece com as comemorações dos 190 anos de nascimento do poeta Gonçalves Dias, como parte da programação do evento "Mil poemas para Gonçalves Dias", promovido pelo Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, pela Federação das Academias de Letras do Maranhão e pela Sociedade de Cultura Latina do Estado do Maranhão e do Brasil.

A minha imensa alegria e satisfação na noite de hoje é especial por três motivos:

- O principal, por evidente, diz respeito à posse na Academia Ludovicense de Letras, escolhida que fui pelos que hoje posso chamar de confrades e congreiras, em especial, o Dr. Osmar, dileto amigo, que me sugeriu a inscrição, tão logo foi publicizado o edital correspondente.
- A segunda razão refere-se àquele que sucederei na Cadeira de nº 27, José de Ribamar Fernandes, bem como seu patrono, Humberto de Campos.
- E a terceira, em face de adentrar na Casa de Maria Firmina dos Reis, ilustre conterrânea que inspira um grupo de magistradas, cuja atuação explicarei mais adiante.

Prezados Confrades e Prezadas Congreiras, acredito cada vez mais que não existem coincidências, que a vida tem um propósito e que esse propósito se realiza todos os dias a partir de um roteiro traçado, que, para os menos avisados, parece apenas ser tudo obra do acaso.

Por certo, não quero dizer com isso que as pessoas têm de aceitar com naturalidade eventuais insucessos, pois, se a vida não lhe for benfazeja, já estava tudo previamente determinado. Claro que não. Não é disso que se trata esse propósito que vos falo. Acredito que o ser humano, utilizando-se do livre arbítrio faz escolhas, boas e más, não se tratando de simples má sorte, logo, esses propósitos só se realizarão, apesar do roteiro traçado, se a pessoa fizer as escolhas certas diante daquilo que a vida lhe apresenta.

Enfim, quando falo em roteiro previamente traçado, estou falando que tudo na vida tem um propósito, não é fruto do acaso, mas, sendo possível jogar fora esse propósito, se fizermos escolhas erradas.

Pois bem, quando naquele dia o confrade Osmar me falou da Academia Ludovicense de Letras e instigou-me a promover a inscrição à Cadeira de nº 27, eu não sabia a quem sucedia. E antes de continuar com essa história, aqui cabe um parêntese, para justificar o porquê de me inscrever sem sequer saber a quem sucedia.

Aceitei me inscrever nesse cenário, porque a fama da Academia Ludovicense de Letras a precedia. Precedia a considerar suas nobres finalidades, estabelecidas estatutariamente no art.2º, de desenvolvimento e difusão da cultura e da literatura ludovicense, que eram (e são) perseguidas com afinco; e precedia, da mesma forma, pela qualidade individual dos seus membros, cultores das letras.

Mas, voltado a questão do porquê não acreditar em coincidências. Pois bem, após ser eleita para a Academia, tratei de saber a quem sucedia, a quem deveria suceder e dar prosseguimento, com denoto e obstinação, à missão da Casa Maria Firmina dos Reis. E ai descobri, mais uma vez, que não existem coincidências. Sucedeo a José de Ribamar Fernandes, intelectual com vasta obra, formado em direito e, destaque, arariense.

José de Ribamar Fernandes, nasceu em 30 de janeiro de 1938, em Arari, cidade que conheci pelas mãos da minha sogra, Raimunda Garcia Fernandes. Talvez, por afinidade, sejamos parentes, uma vez que meu marido é um legítimo Fernandes, filho de pai e mãe nascidos e criados em Arari. Só não afirmo com precisão, pois a pessoa que podia tirar essa dúvida, Dona Dada,

minha sogra, hoje se encontra muito enferma e sem condições de esclarecimentos.

A cidade que conheci, como já disse, pelas mãos da minha sogra, nas inúmeras histórias que me contou da sua infância e adolescência na cidade de Arari, resgatei nas palavras de José de Ribamar Fernandes, na entrevista que concedeu a Hílton Mendonça, em fevereiro de 2011. E ali é possível saber que José Fernandes, apesar das poucas posses, valeu-se com sabedoria do livre arbítrio ao ter optado pelo estudo, mesmo tendo de lidar com inúmeras doenças na infância e ter de trabalhar, na adolescência, como operário durante o dia e estudar à noite. Durante sua vida como estudante e operário, ainda sobrou tempo para fundar os jornais "Estudante de Atenas" e "Gazeta Arariense", a "União Arariense dos Estudantes", o grupo teatral "Raimundo Ramos" e a biblioteca "Mílton Ericeira".

Outra história contada pelo imortal José Fernandes, dessa feita na esfera política – onde se enredou como vereador aos 20 anos e candidato a prefeito aos 29 anos –, e que também me trouxeram recordações vividas da Arari do passado, refere-se à citação dos bons gestores municipais que conheceu, quando elenca a Sra. Justina Fernandes Rodrigues (Bembém), prefeita de Arari de 1950 a 1954, que era irmã da minha sogra, D.Dada.

E não para por aí. José Fernandes transformou seu amor por Arari em verso, prosa e crônicas, dentre as quais destaco: Poemas de Início, Crônicas Ararienses, Gente e Coisas da minha terra, Ao sabor da memória, Arari em cordel, dentre inúmeras outras.

A vida de José Fernandes foi rica em sabedoria e vivência, razão pela qual é difícil contá-la aqui e agora, mas não posso me furtar de relatar uma última história sobre ele. Nessa memorável entrevista, José Fernandes afirma que a juventude de Arari, que de lá saiu para estudar na capital, perdeu a "arariensidade", perdeu o vínculo com a sua terra natal. Antes, ele e os demais que vieram para a capital estudar, voltavam e procuravam contribuir com a cultura local. Contudo, os seus filhos ararienses, depois de saírem de Arari com o mesmo propósito de estudar, não retornavam ou, quando retornavam, vinham só a passeio, deixando de lado toda uma cultura, sem a preocupação

de enriquecer ou cultivar, com os conhecimentos adquiridos, a sociedade arariense.

Confesso que essas suas palavras me calaram fundo, pois, tendo nascido na cidade de São Luís, me recinto até hoje de não ter para onde voltar. No início da minha carreira como magistrada, no interior do Maranhão, confesso que sentia uma certa inveja dos filhos da terra, pois, em épocas festivas ou férias, eles voltavam para os seus rincões e ali se encontravam com familiares e amigos. E eu, como filha de São Luís, nascida e criada, não tinha para onde voltar e partilhar esse ritual de reencontro.

Bem, como disse, o imortal João Fernandes tem muita história a contar, mas o tempo que tenho para contá-las não favorece o relato exaustivo. Paro por aqui, mas prometo continuar a investigação.

O outro ponto de não-coincidência diz respeito a minha eleição à própria Casa Maria Firmina dos Reis. Explico o porquê de mais um propósito. Ascendi ao Segundo Grau no Tribunal de Justiça do Maranhão ano passado e, por motivos diversos, percebi que as magistradas devem, e merecem, usufruir de maior reconhecimento profissional por parte da Corte de Justiça estadual. Um exemplo, apenas, a comprovar o que vos falo, é o percentual mínimo de mulheres a integrar o Segundo Grau: representamos somente 15%. Além disso, exercemos, enquanto juízas, poucos cargos de direção, como juízas auxiliares das Corregedoria e Presidência do Tribunal.

Pois bem, decidi fazer alguma coisa e criei, com as colegas magistradas de Primeiro e Segundo Graus, o Grupo Maria Firmina, que dia 28 de agosto próximo realizará, no Tribunal de Justiça, uma solenidade para assinatura do Estatuto do Grupo. Buscamos a paridade, Objetivo de Desenvolvimento Sustentável da ONU de nº 5, que estabelece a necessidade da "igualdade de gênero" em todos os quadrantes da experiência humana na face da Terra.

Meus caros confrades e confreriras, suceder José Fernandes, filho dileto da terra dos ascendentes dos meus filhos; e ingressar na Casa de Maria Firmina, inspiração do grupo que fundei, não é mera coincidência.

Superadas as não-coincidências, passo ao patrono da Cadeira 27, o imortal Humberto de Campos. O que falar de Humberto de Campos?

Deste, da mesma maneira, tenho a dizer que a história é longa e rica de realizações. Mas, o mais importante, como José Fernandes, mesmo tendo deixado sua terra natal ainda na adolescência, a então Miritiba e hoje a cidade de Humberto de Campos, ele nunca cortou os laços afetivos que o ligava ao torrão natal. Tanto é assim que, um dos seus primeiros versos, recebeu o nome de Miritiba e ali ele declama sua aventura em um barco, quando deixou a cidade.

Falar, então, de sua obra é ter de usar superlativos. Humberto de Campos, em seu pouco tempo de vida (ele morreu aos 48 anos), escreveu poesias, contos, crônicas, críticas, memórias e biografias em profusão. E aqui, só a título de exemplificação, destaco: Poeira, livro de poesias; Tonel de Diógenes, livro de contos, Sombras que sofrem, livro de crônicas; Um sonho de pobre, livro de memórias; e Perfis, uma biografia.

E mais: como José Fernandes, Humberto de Campos ingressou na política, chegando a ser deputado federal pelo Maranhão, em 1920.

Finalizando essa brevíssima síntese sobre a obra de Humberto de Campos, importa ainda falar sobre a marca que este deixou em seu tempo. E aqui me valho das palavras de Carlos Heitor Cony, que disse em entrevista concedida a Roberta Scheiber, o seguinte:

Quando o Humberto de Campos morreu, em 1934, eu era criança, e o comércio do Rio de Janeiro fechou as portas. Era luto nacional que ninguém decretou. Isso porque todo mundo lia Humberto de Campos. Ele morreu cedo, com 48 anos, numa operação. Foi uma comoção. Ninguém chegou à popularidade de Humberto de Campos. A melhor crônica dele chama-se "Um amigo de infância". É a mais bonita da literatura brasileira.

Voltamos ao propósito. José Fernandes e Humberto de Campos tiveram propósitos em suas vidas e, acredito, não achavam que as coisas aconteciam por acaso. Se assim achassem não teriam dedicado suas vidas à literatura, à política e ao jornalismo. Lembremos: José Fernandes, apesar de graduar-se

em Direito, fundou dois jornais na adolescência – O estudante de Atenas e a Gazeta Arariense; e Humberto de Campos foi jornalista militante.

E, falando em jornalismo, aproveito esse dedinho de prosa, nesta memorável noite, para trazer o tema da liberdade de imprensa e de expressão nos dias atuais, que, a meu juízo, merece atenção especial. Vejo com preocupação alguns arroubos mais ousados, de alguns que pensam que o jornalismo tem de estar afinado com uma ideologia, quando jornalista de verdade tem de levar a notícia como ela é, mesmo que contrária à sua ideologia. É fato que ninguém consegue ser imparcial, pois, se dominamos apenas ínfima parte da verdade, somos todos parciais. Contudo, o jornalismo tem de ser conduzido com isenção, apresentando os fatos como são, e não como gostaria que fossem; sempre trazendo pontos de vistas diferentes sobre um mesmo tema ou fato, e não escolhendo a versão que vai ao encontro de suas preferências ideológicas; e publicar todas as notícias relevantes, e não apenas aquelas que interessam e que tem como objetivo influenciar politicamente os ouvintes, telespectadores ou leitores.

Infelizmente, vejo que hoje alguns esqueceram esses princípios básicos do jornalismo e, com isso, a liberdade de imprensa está perdendo a vida por suicídio. Suicídio porque sua morte, nesse contexto, é um ato deliberado e realizado pela própria vítima do crime, ou seja, o jornalista.

Mas também presenciamos tentativas de homicídio à liberdade de imprensa e de expressão. Dois exemplos. Um recente, a ação proposta pelo Ministério Público Federal visando cassar a concessão de funcionamento da JovemPan; outro, de tempos atrás, a ameaça constante de não renovação da concessão da Rede Globo.

Sobre a liberdade de expressão, preocupa-me uma tal lei de combate a fake news, que pode inviabilizar a expressão plural de todos aqueles que desejam expor suas opiniões e pontos de vista nas redes sociais. A justificativa dada por aqueles que defendem a lei seria o combate à prática de crimes nas redes sociais, como a pedofilia, a incitação à prática de crimes, bem como os ataques à honra, caracterizados como crimes de calúnia, injúria e difamação e as notícias distorcidas, pelo viés ideológico.

Primeiro, os crimes de pedofilia, incitação e contra honra existem fora das redes também, assim como outros inúmeros crimes. Se estes, da vida cotidiana, são combatidos pela polícia utilizando a viatura de polícia; aqueles, da vida digital, devem ser combatidos pelos meios tecnológicos existentes. Segundo, o marco civil da internet, que rege o funcionamento das plataformas digitais, é suficiente para coibir parte disso. E digo parte disso, porque, como acontece na vida cotidiana, a maioria desses crimes acontecem na deep web e não na luz do sol. Logo, não será uma lei que trará esses criminosos para a luz, persistindo a necessidade da polícia realizar a sua caçada e levar às barras da Justiça.

E, terceiro, quanto à distorção das notícias, não creio que isso seja ação realizada apenas nas redes sociais. A imprensa tradicional, pelo viés ideológico, de um lado ou de outro; ou mesmo pela pressa em dar a notícia em primeira mão tem promovido fakes, aqui e alhures. Dois exemplos apenas, dentre inúmeros: o caso da Escola de Base em São Paulo e o caso do computador do filho do Presidente Biden, nos Estados Unidos.

Fakes, ou a velha mentira, são produzidos pelo ser humano desde quando Deus fez luz na Terra e não será uma lei que conseguirá acabar com isso. O que pode acontecer, repito, é um cerceamento brutal da liberdade de expressão, pois muitos poderão ser criminalizados por suas opiniões.

Fiz questão de trazer as minhas preocupações sobre tais temas, liberdade de imprensa e de expressão, mesmo sendo esta uma noite de comemoração, pois enxergo as academias como laboratórios do pensamento, em que se discute, experimenta, desenvolve raciocínios e depois apresenta ao público os resultados que poderão se transformar, ou não, em evoluções positivas do saber. Academias são laboratórios do saber, que muitas vezes poderão apresentar soluções que não serão aplicadas, mas noutras poderão contribuir na transformação do homem e, com isso, ajudarão na evolução da sociedade, que, sabemos, é constante e permanente.

E hoje, mais do que ontem, com a profusão de informações instantâneas, com os tiktoks da vida e com a diminuição de leitores, a Academia, essa que pensa, que é um laboratório de ciência pura do pensar, pode contribuir muito, mesmo

que de mil ideias, como acontece no laboratório tradicional, apenas uma se transforme em ciência aplicada.

Mas, voltando especificamente a esta Academia: estamos diante de uma jovem Casa moderna. E reforço: só tornada concreta graças à boa vontade e ao comprometimento de cada um dos que a formam. Tanto que, à medida que produz, a Academia inteira se renova permanentemente. Muda para crescer, para evoluir sem perder de vista de onde viemos.

Uma vez empossada, passo agora ao que considero minha primeira função perante os membros desta Academia: a de reverenciar os patronos que a dignificam. Nomes como Padre Antônio Viera, Sotero dos Reis, João Lisboa, Maria Firmina dos Reis, Viriato Correa, Artur e Aluísio Azevedo, Coelho Neto, Graça Aranha, Laura Rosa, Humberto de Campos, Dilú Melo, Bandeira Tribuzi. Todos os quarenta, entre outros, a alimentar o espírito que, como nos revela Gonçalves Dias, “se gera e se nutre em almas grandes e, por isso, não morre, só cresce e se purifica”.

Nossa Academia – e com essa expressão quero demonstrar que já tomei posse como uma das moradoras da Casa – tem a preocupação com “a difusão da cultura e da literatura ludovicense, a defesa das tradições literárias do Maranhão e, particularmente, de São Luis, a perpétua renovação e revitalização do legado da Atenas Brasileira, o culto às origens da cidade e à sua formação pelas letras, a a valorização do vernáculo e o intercâmbio com os centros de atividades culturais do Maranhão, do Brasil e do exterior”, como estabelece o art. 2º do seu Estatuto. E, pela força desses compromissos assumidos, confesso a minha empolgação em poder participar desta Academia e, dentro das minhas limitações, poder contribuir, de alguma forma, com os debates, do chá das seis, calorosos e, espero, acalorados.

Muito obrigada.
